

# MP investiga desvio de verba contra dengue em AL

Dinheiro de inseticida foi gasto até com camisinhas

Arnaldo Ferreira

• MACEIÓ. O Ministério da Saúde pediu à Procuradoria da República em Alagoas que investigue o desvio e o mau uso de parte da verba de R\$ 1,7 milhão enviada ao programa de erradicação do *Aedes aegypti* em 22 municípios do estado. Conforme inquérito que está nas mãos do procurador, da República Uarandy Tenório, o município de Canapi, por exemplo, recebeu R\$ 52.900. As autoridades de saúde do município gastaram R\$ 19.900 com produtos como camisinhas e bálsamos do Canadá. Só de algodão foram R\$ 5 mil e na cidade ninguém consegue explicar como combater os mosquitos da dengue e da febre amarela com tanta camisinha, bálsamo e algodão.

## Investigação do MP se arrasta desde dezembro

A denúncia do Ministério da Saúde chegou à Procuradoria da República na segunda quinzena de dezembro passado. Segundo o procurador-chefe, Delson Lyra da Fonseca, ainda não há uma conclusão. Ele negou, no entanto, que a investigação esteja parada.

— Já fizemos uma autuação interna e tomamos conhecimento das denúncias. Há um grande volume de trabalho para o corpo de procuradores — argumentou, acrescentando que a o Ministério Público em Alagoas dispõe de apenas cinco procuradores e que cada caso que chega é distribuído para um deles.

No relatório do Ministério da Saúde consta que as 22 ci-

dades alagoanas que receberam uma parte dos recursos para o combate do dengue se envolveram em irregularidades com o dinheiro federal. A irregularidade mais comum é o superfaturamento de compras ou de contratação de serviços.

## Município governado por irmão de Renan sob suspeita

Os outros municípios envolvidos são: Joaquim Gomes, Anadia, Capela, Poço das Trincheiras, Palmeira dos Índios, Belém, Jundiá, Boa da Mata, Inhapi, Craíbas, Estrela de Alagoas, São José da Lage, Traipu, Piranhas, Dois Riachos, Igaci, Delmiro Gouveia, Viçosa e Igaci. Murici, terra natal do ex-ministro da Justiça Renan Calheiros, cujo prefeito é seu ir-

mão, Remi Calheiros (PMDB), aparece no relatório que está na Procuradoria da seguinte forma: "Os técnicos do ministério constataram que nos recibos atestando o pagamento pelos bens e serviços adquiridos pelo programa não constavam a data, mesma irregularidade observada nas notas fiscais".

Consta ainda que as autoridades responsáveis pelo programa de combate ao *Aedes* em Murici não justificaram a compra de material de consumo dos agentes, no valor de R\$ 211,90. A outra irregularidade constatada foi o aumento de salário de R\$ 750 para mil reais para o gerente do programa no município. Murici recebeu R\$ 116.900 para o programa antidengue. ■